

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@uol.com.br www.folha.com/tendencias

A usina de Belo Monte é boa para o Brasil?

SIM

Em busca do equilíbrio

MAURICIO TOLMASQUIM

O Brasil possui o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, depois da China e da Rússia.

Diferentemente de Alemanha, Japão e Estados Unidos, que praticamente já aproveitaram todos os seus recursos, quase dois terços do potencial brasileiro ainda estão intocados, grande parte na Amazônia.

A exploração sustentável da Amazônia e a preservação de sua tão rica biodiversidade, um dos maiores patrimônios naturais da humanidade, impõem-se. Conservar o bioma amazônico e empreender seu uso sustentável não são absolutamente incompatíveis.

Pelo contrário. Belo Monte e outras usinas hidrelétricas podem sim ser vetor da preservação e do uso sustentável da floresta, com a inclusão social das populações que vivem em condições precárias, sem acesso a serviços públicos básicos.

O consumo per capita de energia no país ainda é muito baixo. Hoje, cada brasileiro consome cerca de 14% em comparação com o norte-americano, ou 30% em relação ao europeu. A incorporação de contingentes da população que até então não tinham acesso a bens e serviços básicos fará aumentar em 50% esse consumo em dez anos.

Para atender a demanda, será necessária expansão considerável da oferta de energia, mesmo que se pro-

mova a eficiência energética. O país não pode abrir mão de uma fonte renovável e barata como a hidrelétrica. Se, por hipótese, fossem implantadas todas as hidrelétricas que constituem o potencial da Amazônia, o somatório de seus reservatórios ocuparia menos de 0,5% de sua área total. Apenas para efeito de comparação, terras indígenas representam 24% e as unidades de conservação 27%. O reservatório da usina de Belo Monte ocupará uma área de 503 km² — apenas 0,01% da Amazônia.

Com potência de 11.233 MW, está entre os projetos com menor relação entre área do espelho d'água e potência instalada. Devido às características do rio Xingu e em razão da ausência de regulação a montante, a energia média de Belo Monte é inferior ao seu potencial passível de ser explorado. Ainda assim é suficiente para atender o consumo de 60 milhões de pessoas.

Modernamente, a implantação de projetos hidrelétricos se faz mediante uma série de condicionantes socioambientais, que se traduzem em investimentos para preservação ambiental, recuperação de matas ciliares, infraestrutura, saneamento básico e abastecimento de água, saúde e educação.

Para além dos R\$ 3,2 bilhões relativos aos condicionantes, os municípios da região de Altamira e o

Estado do Pará receberão, ao longo do prazo de concessão de Belo Monte, cerca de R\$ 5 bilhões a título de compensação financeira.

Mesmo com a inclusão das medidas socioambientais e compensações financeiras, o custo por kWh gerado por Belo Monte ainda será extremamente competitivo, contribuindo para a modicidade tarifária, de claro interesse para a população e para a economia nacional.

Além disso, Belo Monte evitará a emissão de 18 milhões de toneladas de CO₂, que seriam jogadas na atmosfera pela geração equivalente de usinas movidas a gás (ou de até 45 milhões, na comparação com a geração a carvão). Em média, o mundo emite cerca de 500 gramas de CO₂/kWh. Países com emissões de gases inferiores a 100g/kWh ou têm base hidrelétrica, como Noruega e Brasil, ou têm base nuclear, como a França, ou ambas, como a Suécia.

O desenvolvimento sustentável requer o equilíbrio entre as três dimensões pelas quais deve ser avaliado um projeto — a social, a ambiental e a técnica-econômica —, e não a prevalência de qualquer uma delas. Belo Monte, na forma como está sendo implantada, demonstra que esse equilíbrio é a chave do sucesso.

MAURICIO TOLMASQUIM, 55, engenheiro e economista, é presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens por e-mail (leitor@uol.com.br), fax (011/3223-1644) e correio (al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900). A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

Haddad vs. Fiesp

Lamentável ouvir do prefeito Fernando Haddad que o recurso da Fiesp contra o aumento do IPTU prejudica São Paulo. Dentre suas promessas de campanha ele não incluiu um aumento do imposto várias vezes maior que o da inflação. Em sua visão distorcida, o prefeito parece ignorar que grande parte dos imóveis comerciais são alugados e tem seus impostos pagos por pequenos comerciantes que lutam diariamente para sobreviver. O que se espera de um prefeito é que ele tenha atitudes arrojadas para melhorar a eficiência da prefeitura.

SERGIO N. ASSIZ (São Paulo, SP)



Haddad afirma que a Fiesp quer lesar São Paulo. Entretanto esquece-se o nobre prefeito de dizer também que o aumento abusivo do IPTU por ele proposto lesa de forma vil e injusta o “bolso” do cidadão, que poucos benefícios recebe da prefeitura.

MAURÍLIO POLIZELLO JÚNIOR, farmacêutico (Ribeirão Preto, SP)



A forma rápida como foi votado o aumento do IPTU merecia a intervenção do Judiciário. Mas, no momento em que a Justiça impõe regras para um governo, dá-se a intromissão de um Poder sobre o outro. Cabe à Câmara votar novamente o projeto respeitando os prazos de seu próprio regimento. Se tivesse feito de forma transparente e legal, não teria sofrido a intervenção da Justiça.

PEDRO VALENTIM (Bauru, SP)



Barbara Gancia é de uma sobriedade sem tamanho, pois até o momento todos estão jogando Haddad aos leões. Em suas atitudes, ele privilegia a cidade em detrimento dos ricos e poderosos.

MARCOS BARBOSA (Casa Branca, SP)

Reginaldo Rossi

Lamento a morte do querido e irreverente cantor e compositor Reginaldo Rossi. Quem não se recorda de “As Raposas e as Uvas”, “Garçom”, “O Pão” e tantas outras? O Brasil está triste. Descanse em paz, meu ídolo.

VASCO VASCONCELOS (Brasília, DF)



Reginaldo Rossi deixará uma lacuna na música romântica/brega, da qual foi um dos maiores representantes, com uma carreira longa e fecunda. Era uma pessoa simples e autêntica. O cara era fera, morreu numa sexta-feira, dia internacional do bar, ambiente em que ele reinou, principalmente nos rincões do Brasil.

LUIZ THADEU NUNES E SILVA (São Luís, MA)

Caças

Em relação aos caças, qual seria a melhor alternativa para o Brasil? A de que o país pudesse fabricar suas próprias aeronaves. Mas com a assinatura do contrato com a Saab, essa alternativa não estará longe, já que seis países fornecerão as principais partes do avião, inclusive o Brasil. O mais importante é que a transferência de tecnologia seja assimilada por empresas nacionais.

CLAUDIR JOSÉ MANDELLI (Tupã, SP)

Belo Monte

Ao tentar justificar a construção da usina, a **Folha** parece ser a voz escolhida para tentar convencer a população da necessidade, numa visão puramente economicista, do ganho que o Brasil terá com tal empreendimento. É evidente que as questões consideradas menores — indígenas, meio ambiente, população local — não estão sendo levadas em conta, pois a grandiosidade da obra está justificada.

Desnecessário tal esforço, pois o andamento das obras jamais será contido, por mais nobre que se possa mostrar qualquer análise contrária à sua construção.

As gerações futuras restará lamentar esse prejuízo causado por governos inconsequentes.

INÊS VIEIRA LOPES PIRES (Campinas, SP)

RESPOSTA DO JORNALISTA MARCELO LEITE -

A missivista parece ter formado sua opinião sobre a reportagem “A Batalha de Belo Monte” com base só no primeiro capítulo (Obra). A leitura da íntegra do texto, disponível apenas no site da **Folha** (no endereço folha.com/belomonte), sobretudo dos capítulos 2 (Ambiente), 3 (Sociedade) e 4 (Povos Indígenas), mostrará que os problemas sociais foram contemplados na reportagem.

Manifestações

Ótimo o artigo “‘Black blocs’ e os 50 tons de vermelho” (Tendências/Debates, ontem), do sociólogo Rudá Ricci. Ele não cai na mera criminalização ou na idealização ingênua dessa prática política e crítica os governantes que esqueceram de seu principal papel: dialogar com a sociedade.

RICARDO DREGUER (São Paulo, SP)

Saúde

Ontem, neste PAINEL do Leitor, Manuel Vázquez Gil fez duras críticas ao artigo “E a culpa é do médico?” (“Opinião”, 18/12), do diretor da Faculdade de Medicina da USP, Giovanni Guido Cerri. Ao falar sobre o tempo de estudo que a medicina demanda, o ex-secretário da Saúde apontava uma virtude, não um sacrifício. Em momento algum é sugerida a superioridade da medicina em relação a outras profissões nem é atacada a formação de estrangeiros. Ao distorcer os argumentos de Cerri, o missivista erra. Por fim, ao questionar a filiação partidária do ex-secretário, Manuel Vázquez Gil escancara o seu próprio viés ideológico. Giovanni Cerri não é filiado a nenhum partido.

VICTOR RAMOS, coordenador de imprensa do Hospital das Clínicas de SP (São Paulo, SP)

Boas-festas

A **Folha** agradece e retribui os votos de boas-festas recebidos do jurista **Ives Gandra da Silva Martins** (São Paulo, SP), da **Odebrecht S.A.** (São Paulo, SP), da **Boeing Brasil** (São Paulo, SP), de **Miguel Torres**, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes (São Paulo, SP), do **IEB - Instituto de Estudos Brasileiros** (São Paulo, SP), da agência **Ideal Comunicação** (São Paulo, SP), da artista plástica **Germana Monte-Mór** (São Paulo, SP) e de **Laura Watts** (Londres, Reino Unido).



Fernando Real

NÃO

Inadimplência socioambiental

ANDRÉ VILLAS-BÔAS

Carro-chefe do PAC, instalada em uma região da Amazônia com ausência histórica do Estado, Belo Monte é símbolo de inadimplência socioambiental. Obrigações do poder público e da empresa responsável pela construção da usina, a Norte Energia, têm sido sistematicamente descumpridas.

Apesar de a obra estar sendo planejada há 30 anos, a região atingida para receber a terceira maior hidrelétrica do mundo não obteve os investimentos e ações necessários para mitigar e compensar de maneira adequada seus impactos.

O mais caro e polêmico empreendimento do país chegou em 2013 ao pico de sua própria contradição. Praticamente 50% da usina está pronta, mas o mesmo não pode ser dito das obrigações socioambientais que deveriam acompanhá-la. O descumprimento, verificado pelo Ibama e pela Funai, não se traduz em ações corretivas. As mais graves sanções administrativas não passaram de algumas multas em valores irrisórios para um empreendimento orçado em quase R\$ 30 bilhões.

Temas sensíveis à Amazônia como o desmatamento e a sobrevivência de populações ribeirinhas e indígenas têm sido tratados com descaso, sobretudo os últimos. Antes de promover investimentos estruturados para mitigação e compensa-

ção dos impactos, R\$ 100 milhões foram gastos em quinquilhanias consumistas para cooptar lideranças, em um padrão clientelista de relacionamento inaceitável.

Os programas de prevenção ou diminuição dos impactos relacionados à saúde indígena e à integridade de seus territórios, pressionados pelo aumento de renda e população trazidos à região pela obra, não saíram até hoje do papel, apesar de sua implantação ter sido prevista para antes do início da construção. A taxa de mortalidade infantil indígena em Altamira (PA) é quatro vezes superior à média nacional.

Se a usina ficar pronta antes de o aterro e o sistema de esgoto entrarem em pleno funcionamento — obras que estão dois anos atrasadas —, a parte do rio Xingu que envolve Altamira ficará contaminada, afetando a população da cidade.

Nesta semana, em decisão unânime, a Justiça ordenou parar a construção da usina até que fossem atendidas plenamente as obrigações socioambientais prometidas quando da licença ambiental.

Diversas vezes o governo conseguiu derrubar a paralisação da obra usando uma medida judicial criada à época da ditadura, a suspensão de segurança, que se baseia no argumento de que o cronograma da obra é mais relevante que os direi-

tos das populações atingidas. Isso dá à empresa a sensação de estar acima das leis estabelecidas no país simplesmente por tocar uma obra considerada “estratégica”.

O empreendimento esbarra em grave conflito de interesses. A União tem participação acionária de 50% na Norte Energia. A obra é 80% financiada pelo BNDES, vigiada permanentemente por 90 homens da Força Nacional de Segurança e defendida judicialmente pela Advocacia-Geral da União. Paradoxalmente é fiscalizada pelo Ibama, órgão de governo federal.

Não existe nenhuma instância de controle social efetivo nem mecanismo independente de fiscalização. Essa blindagem é um vício de origem da implementação de obras de infraestrutura, entre as quais Belo Monte se destaca pela forma com que foi imposta à sociedade brasileira sem ouvir aos povos indígenas e com audiências públicas meramente formais, para inglês ver.

A somatória de erros de Belo Monte não pode se repetir na Amazônia. A ausência de planejamento socioambiental responsável e respeito às instituições democráticas vão na contramão de qualquer projeto de desenvolvimento sustentável.

ANDRÉ VILLAS-BÔAS, 57, indigenista, é secretário-executivo do Instituto Socioambiental (ISA)

» LEIA MAIS CARTAS EM www.folha.com.br/paineldoleitor

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: saa@grupofolha.com.br 0800-775-8080 Grande São Paulo: 011/3224-3090

» OMBUDSMAN: ombudsman@uol.com.br 0800-015-9000

ERRAMOS

erramos@uol.com.br

FOLHA CORRIDA (17.DEZ, PÁG. C12) Ao contrário do informado, a atriz Joan Fontaine morreu aos 96 anos.

ILUSTRADA (21.DEZ, PÁGS. E1 e E4) Diferentemente do que informou o título “Morre aos 69 anos o rei do brega, Reginaldo Rossi” e a reportagem “Estilo brega de Reginaldo Rossi só virou ‘cult’ na última década”, o cantor e compositor morreu aos 70 anos.

REVISTA SÃO PAULO (15.DEZ, PÁG. 36) Diferentemente do publicado, o material complementar sobre a gestão Fernando Haddad não foi publicado no último domingo em “Cotidiano”.

GUIA FOLHA (13.DEZ, PÁG. 69) Diferentemente do informado, os preços no Villa Bowling, do shopping West Plaza, vão de R\$ 76 a R\$ 136 (até seis pessoas, por hora).